

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 08 2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 62ª
(SEXAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 1º DE AGOSTO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 61ª Sessão Ordinária;
- Ata da 20ª Sessão Extraordinária.

Eu queria fazer um comunicado. Esta Presidência informa às Sras. e Srs. Deputados que, atendendo ao disposto no art. 15 da Lei nº 5.602, de 2015, foi

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 08 2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

encaminhado a esta Casa o Relatório Anual da Avaliação do PPA de 2016/2019, ano base 2016. Solicito a publicação no Diário da Câmara Legislativa e o encaminhamento à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para análise.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, venho a esta tribuna, nesta primeira sessão do segundo semestre de 2017, Deputado Joe Valle, nosso Presidente, falar um pouco da preocupação que temos referente a alguns números que temos visto estampados nos jornais durante esse mês de julho.

Saiu recentemente uma reportagem, salvo engano no *Jornal de Brasília*, demonstrando que 78% dos desempregados do Distrito Federal são jovens, entre 18 a 35 anos de idade. O que isso significa? Significa que a principal fonte de produção do Distrito Federal está desguarnecida, sem emprego.

Nós estamos passando por uma grande crise, Deputado Wasny de Roure, e essa crise econômica, nacional, que tem também assolado o Distrito Federal, tem gerado desemprego na Capital da República. A principal população que tem sido atingida são os jovens entre 18 a 30 anos de idade. Isso me deixa muito preocupado, Deputado Joe Valle e demais Deputados e Deputadas aqui presentes, porque quanto mais aumenta o desemprego juvenil, estamos vendo numa outra vertente: o aumento da criminalidade. Ou seja, se a força produtiva do Distrito Federal, se a força de trabalho do Distrito Federal, que são os jovens, encontra-se desempregada, a grande maioria deles, Deputado Chico Vigilante, infelizmente estão sendo cooptados pelo mundo do crime, porque o emprego formal não está conseguindo atender as demandas dessa juventude. Muitos dizem que é por falta de qualificação, mas aqui quero afirmar que não é somente por falta de qualificação.

Nós tivemos recentemente aqui no Distrito Federal, nos últimos anos, o fechamento de diversas empresas. Conseguimos ver isso quando andamos na W3 Sul, na W3 Norte, e quando andamos nos centros comerciais. Quando se fecha uma empresa, fecham-se várias vagas de trabalho. Isso se dá justamente porque o Distrito Federal não consegue dar incentivo necessário ao setor produtivo, para que, além de gerar emprego, possa gerar renda e também reativar o sonho dessa juventude.

E nisso, Deputado Joe Valle – aqui quero conclamar toda esta Casa –, temos uma grande responsabilidade: a responsabilidade de entender que a saída da crise no Distrito Federal não está no corte de cargos somente, não está somente no

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 08 2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

enxugamento da máquina, está principalmente em incentivar o setor produtivo, porque é por meio dele que se gera emprego, que se gera renda, que se gera dignidade. Não podemos aceitar que a Capital da República amargue o maior índice de desemprego das regiões metropolitanas.

Deputado Prof. Israel, V.Exa., junto comigo, foi da Secretaria de Trabalho. À época em que estivemos à frente da Secretaria de Trabalho, alcançamos um dos menores índices. V.Exa. se lembra de um programa que foi feito na secretaria, Programa Atena Trabalhador, em parceria com o setor produtivo, que qualificou, à época, mais de 30 mil pessoas. É inadmissível que a Capital da República, com uma das economias mais fortes do País, amargue esse *ranking* de ter, dentro das regiões metropolitanas, o maior índice de desemprego, inclusive o juvenil. Por isso, é importante que esta Casa – o Deputado Joe Valle tem demonstrado isso – não só possa dar sinais ao setor produtivo, mas dê soluções para incentivar as indústrias, as empresas de tecnologia, as *startups* a se proliferarem, sim, no Distrito Federal, com o único objetivo de gerar emprego, renda e riqueza na Capital da República.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito agradecido, Deputado Delmaso.

Estamos aguardando a chegada de mais Deputados. Vamos fazer uma singela homenagem ao nosso Itamar, que nos deixou.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, pela liderança do Bloco Sustentabilidade e Trabalho. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula, no lugar do Líder Deputado Juarezão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, pela Vice-Liderança do Partido dos Trabalhadores, no lugar do Líder Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, em primeiro lugar, agradecer as milhares de mensagens de Deputados, de pessoas comuns do povo, de jornalistas de todo o mundo desejando-me um bom restabelecimento.

Na verdade, eu tive de me submeter a uma cirurgia para retirada de um câncer da tireoide. Estou bem, graças a Deus, estou me recuperando muito bem. Quero agradecer as orações e a tudo o que foi feito.

Quero dizer, Sr. Presidente, que durante esses dias em que fiquei me tratando, eu tive como acompanhar mais de perto o noticiário do que estão fazendo com o nosso País, do que estão fazendo com o Distrito Federal. Na verdade, no que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA
				4

tange à saúde pública do Brasil, especialmente à do Distrito Federal, o que a gente acompanha é a destruição completa. Destruição de um sistema que já foi bom, a destruição de um sistema, como eu nunca imaginei que nós iríamos chegar, a ponto de pacientes do Distrito Federal terem de recorrer ao Estado de Goiás para tratarem de algumas doenças, especialmente o câncer. Isso é uma vergonha para a Capital da República. É de envergonhar esse Secretário de Saúde do Distrito Federal que não toma nenhuma providência.

Nós sabemos que o Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure, tem muito mais recursos do que as demais unidades da Federação. Nós sabemos que aqui tem mais dinheiro do que Goiás. Como Goiás tem cinco aceleradores lineares para aplicar no tratamento do câncer e aqui, praticamente, não tem mais nenhum funcionando? Como deixam e sucateiam da maneira que sucatearam o Hospital de Base do Distrito Federal, para chegar ao ponto que ele está? Como é que destroem as UPAs, um sonho de atendimento bom para a população do Distrito Federal? Como é que pegam uma cidade, uma região com cerca de 600 mil habitantes, que é o caso do Gama, e fecham a maternidade privando a população de dizer que nasceu no Gama? Não foi para isso que Brasília foi construída. Esse não é o sonho de Dom Bosco, esse não é o sonho de Juscelino Kubitschek e esse não é o sonho dos milhares e milhares de brasileiros que vieram de todos os cantos para construir esta cidade.

Portanto, eu espero que o Governador Rodrigo Rollemberg, que já está caminhando para o final do mandato – a verdade é essa, Deputado Bispo Renato Andrade –, já está em marcha batida para o término do mandato, certamente não será reeleito com essa administração desastrosa que está fazendo. Espero que ele reflita um pouco sobre o que estão fazendo com a saúde do Distrito Federal. E ainda vem com aquela proposta amaldiçoada, que infelizmente foi aprovada por esta Casa, da criação do Instituto do Hospital de Base, que não está servindo para nada. Ouço agora, ouvi a entrevista do secretário, dizendo que talvez comece a funcionar em 2018. Na verdade, não vai funcionar nunca porque aquela proposta não serve. Nós a combatemos e vamos continuar combatendo porque aquele modelo não serve para a Capital da República.

Espero que o Governador reflita, tenha um momento de sensatez para o que estão fazendo com a população do Distrito Federal no que tange ao atendimento da saúde.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 08 2017		15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar cada um dos colegas que já estão em plenário e os que ainda irão chegar. Hoje temos uma pauta de votação, além da reabertura da sessão do semestre.

Quero cumprimentar o Deputado Chico Vigilante por seu retorno com essa cirurgia realizada e bem-sucedida. Essa garganta que é imperiosa entre nós faz falta e desejamos, ao mesmo tempo, plena recuperação do colega e Deputado.

Sr. Presidente, eu quero também cumprimentar V.Exa. pela bela reunião de hoje pela manhã, demonstrando seu cuidado com essa cidade, dando presença e representação ao Poder Legislativo com uma matéria de extrema importância que está para ser sancionada nos próximos dias, que é o PLS nº 130, se eu não me engano, que tratou dessa questão fiscal, a competição entre os Estados que é tão tradicionalmente chamada de guerra fiscal.

Sr. Presidente, eu pedi essa inscrição para falar aqui que a minha assessoria protocolou hoje, e quero cumprimentar minha assessoria. Houve na Lei Complementar nº 769, votada nesta Casa, a compreensão de que o uso, Deputada Telma Rufino, dos títulos do BRB não podem ser trocados pelos recursos do Iprev, que foi uma das autorizações que aquela lei permitiu, e esta Casa concedeu ao governo. Só que a avaliação, num longo relatório que nós colocamos em anexo, Deputado Wellington Luiz, nós damos aqui um parecer, tanto da Secretaria da Previdência Social como também de alguns outros órgãos que cuidam do controle da previdência, demonstrando a ilegalidade do uso dessas ações do BRB – Banco de Brasília como recursos da previdência dos servidores.

Nós, então, estamos apresentando, Sr. Presidente, um projeto de lei para converter isso num instrumento que o governo utilizou, que foram os imóveis do GDF – Governo do Distrito Federal – ou da Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília. A gente teve esse cuidado.

Eu fui contra as duas iniciativas, mas, para mitigar o problema e evitar um prejuízo maior, nós estamos propondo que aquilo que foi considerado ilegal seja substituído pelos imóveis, pois, de alguma maneira, também há um reconhecimento por parte da Secretaria da Previdência Social de que a utilização dos imóveis do Distrito Federal é pertinente, é menos prejudicial do que os títulos do BRB. Então, está protocolado, aqui na Casa, o projeto de lei complementar.

Por último, Sr. Presidente, eu conversava aqui com a inteligente assessoria da Deputada Telma Rufino na área fundiária sobre uma divulgação que nós fizemos. No ano de 2002, quando era governador o Roriz, eu fui autor de uma lei, a Lei Complementar nº 626, de 2002. Essa proposta, Deputado Wellington Luiz, também foi feita de maneira semelhante para o Lago Sul. Nós fizemos para o Lago Norte.

No Lago Sul, o Governador Roriz vetou a proposta e sancionou a Lei nº 626, que veda a utilização da área residencial do Lago Norte para atividades econômicas –

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

para qualquer tipo de atividade, Deputada Telma Rufino. O governo agora está propondo um uso misto naquele setor e há uma indignação total da comunidade.

Só para vocês terem ideia, eu fui abordado pela comunidade no domingo à noite, ao encerrar o culto na minha igreja, a Igreja Batista do Lago Norte. Um grupo de moradores estava colhendo assinaturas para um abaixo-assinado contra a utilização do uso misto para o setor, ou seja, pode haver escritórios, que são menos incômodos, como pode haver uma serralheria, me parece. O Fábio, inclusive, me dizia a enormidade de atividades previstas na área residencial do Lago Norte. É uma deformação para aqueles que compraram suas residências e foram morar lá acreditando que a região estava definida como área residencial. Então, quero pedir o apoio dos colegas, pois há um clamor naquele setor e nós não podemos desconhecer isso.

Por último, Sr. Presidente, se há um Deputado que foi malhado durante muitos anos, Deputado Wellington Luiz, por ser autor de uma lei como essa, foi eu. Se se queria colocar uma escola, havia a lei do Deputado Wasny. Inclusive, o pessoal da Administração era textual. A lei não era nem da Câmara Legislativa, a lei era do Deputado Wasny. Não pode haver nada. Fizeram uma esculhambação com o meu nome. Agora, a população, vendo a magnitude e o impacto que vai haver naquele setor, se rebelou de uma maneira impressionante nesta cidade.

Então, Sr. Presidente, falo só para repor a verdade, pois a justiça prospera quando é feita com base em valores da verdade. Não que a gente não tenha defeito, que a gente também não faça coisas que não deveriam ser feitas do ponto de vista do interesse público, por equívocos e muitas vezes pela compreensão do problema, mas esse caso aqui, Deputado Juarezão, é um caso típico. Quantas e quantas vezes ia ao supermercado, à rua, e as pessoas vinham: "Ah, eu quero colocar um escritório com uso de internet. Não vai ter aqui grandes movimentos, mas a sua lei impediu que a Administração me concedesse um alvará de funcionamento." E malham o Deputado Wasny de Roure.

Hoje é essa lei que existe, e agora a secretaria, na tentativa de fazer o uso misto dos imóveis naquele setor, de repente lembrou que essa lei existe. Vai ser uma dificuldade para eles. Vão ter que derrubar a lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 08 2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero falar mais uma vez de um assunto que eu venho falando praticamente há um ano: a questão do atraso de pagamento de trabalhadores terceirizados do Distrito Federal, especialmente vigilantes, trabalhadores da limpeza, merendeiras, que prestam serviços ao GDF nas Secretarias de Educação e de Saúde do Distrito Federal.

Desde setembro do ano passado, os trabalhadores vêm tendo o salário atrasado. No caso dos vigilantes, é comum receberem o salário no 15º dia do mês, quando, pela lei, os trabalhadores têm que receber até o quinto dia útil do mês. Mas, para os trabalhadores da limpeza que trabalham na Secretaria de Saúde, o drama é mais perverso. Por exemplo, aquelas trabalhadoras e aqueles trabalhadores que são funcionários de uma empresa chamada Juiz de Fora, até sexta-feira passada, não tinham recebido o pagamento ainda, e hoje não receberam ainda o tíquete-alimentação. É um crime o que está sendo praticado contra esses trabalhadores. E quando eles decidem por uma paralização, ainda tem a ameaça de corte de ponto, de perseguição, de substituição desses trabalhadores que estão virando verdadeiros escravos.

Portanto, é preciso que o Governo do Distrito Federal honre o seu compromisso e pague em dia seus contratos para que esses trabalhadores não sofram tanto.

Hoje é dia primeiro, e esses trabalhadores já estão preocupados, porque, certamente, tudo indica que o Governo vai atrasar de novo junto com as empresas. E aí resta a esses trabalhadores a paralização das atividades para que tenham o seu sustento garantido.

Eu vejo muitas mães solteiras, trabalhadoras, e a única coisa que têm para sustentarem os filhos – cinco, seis filhos –, é aquele salário. E que estão chorando em função do atraso de pagamento que são vítimas todo mês, porque o dono do barraco não quer nem saber se estão com o salário atrasado. Não pagou, ele manda despejar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

A mesma coisa é a situação das merendeiras, que produz a merenda na escola, além de não poder comer daquela merenda, ainda não pode levar um pouco para os filhos. E os filhos ficam em casa passando fome.

A situação é dramática também para vigilantes, que têm contas a pagar: o cartão de crédito das Casas Bahia não quer nem saber o porquê do atraso do pagamento.

Portanto, é muito grave, o Distrito Federal precisa atentar para essa realidade vivida por esses trabalhadores terceirizados. É uma situação dramática que eles estão vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Nós tivemos nesta semana uma grande perda para a nossa Casa. Eu gostaria neste momento – em seguida nós vamos dar continuidade nos Comunicados de Parlamentares – de pedir aos Deputados que pudessem ficar de pé para fazer um minuto de silêncio em homenagem ao nosso companheiro Itamar.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nós queremos realmente agradecer muito ao nosso companheiro Itamar, que nos deixou de uma forma bastante abrupta. Quero agora abrir a palavra aos companheiros nos Comunicados de Parlamentares, começando pelo Deputado Juarezão.

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus colegas, poucas vezes vim aqui, eu perdi, acho que o Distrito Federal e esta Casa perderam um amigo, um companheiro. A Deputada Luzia de Paula esteve comigo em Anápolis e viu o quanto o Itamar era querido naquela cidade.

Em nome da família, quero agradecer a todos que ligaram e confortaram a família. Vocês podem ter certeza, estamos perdendo um... Quando começou a Câmara Legislativa, fui para o gabinete do Edmar junto com o Itamar – ele sempre foi um companheiro. Quando fui eleito Deputado Distrital, o primeiro convite do meu gabinete foi para o Itamar. Houve convites de outros Deputados, mas ele falou: “Não, não vou largar o Juarez porque eu conheço ele há muito tempo.” Vocês podem ter certeza... Sr. Presidente, eu falei com a esposa dele hoje, a família toda vai vir aqui, vamos fazer uma grande homenagem na Câmara. Quem conhece o Itamar sabe quem era a pessoa. E vocês podem ter certeza: o Distrito Federal perdeu muito, a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Câmara também perdeu, eu perdi mais, mas, como sempre, eu tenho vocês Deputados como amigos. Muito obrigado, não aguento falar mais.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Juarezão, realmente foi uma perda para todos nós.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, existem servidores que se confundem com a própria história da instituição. E o Itamar era um desses sujeitos, a exemplo do Dr. Arlécio e de outros servidores que praticamente fundaram esta Câmara Legislativa e deram alma ao corpo funcional desta instituição, pessoas extremamente atenciosas.

Eu tive a oportunidade de conhecer o Itamar em 2010, Deputado Wellington Luiz. Ainda em campanha para Deputado Distrital, andei olhando o Regimento da Casa e perguntei se havia alguém que poderia esclarecer algumas dúvidas que eu tinha. O Lázaro, que era muito amigo do Itamar, um sargento da Polícia que trabalha comigo há muitos anos, levou o Itamar lá em casa para conversarmos e fiquei impressionado com a capacidade de entendimento e de raciocínio do Itamar. Depois, Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, tive a oportunidade de trabalhar aqui com ele, um sujeito extremamente diplomata, como costumamos dizer lá no meu estado: um sujeito extremamente macio. Mesmo nos debates que tivemos nesta Casa sobre interpretação do Regimento, o Itamar sempre era um sujeito tranquilo, fazia as explicações de maneira bem didática. Eu tenho orgulho de dizer que eu aprendi muito com o Itamar, aqui no âmbito da Câmara Legislativa. Apesar de ter chegado aqui com 33 anos de Senado, aprendi muito com o grande profissional, um profissional extremamente inteligente, um profissional extremamente dedicado – quantas vezes ele não estava bem de saúde, mas estava aqui trabalhando?

Então toda homenagem que esta instituição venha a fazer para enaltecer a figura do Itamar será pouco. E digo ainda: ele nos deixa para se transformar em uma grande referência para o corpo funcional desta Casa. Eu acho que daqui a duzentos, trezentos anos, quando se falar em alguém que secretariou a Mesa, alguém preparado, competente, vai sempre se falar em Itamar. Portanto a homenagem que V.Exa. faz a esse servidor exemplar é merecida. Ele merece todos os nossos aplausos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, é uma homenagem de toda a Casa, de toda a Câmara, de todos os Deputados, porque todos nós temos a certeza absoluta, pela convivência que tivemos aqui com o Itamar, de como ele era merecedor desse nosso reconhecimento.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				10	

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é também para me referir ao nosso querido e saudoso Itamar. É interessante que nós estivemos algumas vezes em lados contrários, do ponto de vista do pensamento jurídico, da posição ideológica, e eu quero homenageá-lo na figura da honestidade intelectual, das conclusões sempre correspondentes a uma fundamentação sobre a qual ele se colocava depois de um estudo profundo. Era uma pessoa que investigava, estudava todos os temas.

Eu aqui convivi com o Itamar quinze anos, Deputado Agaciel Maia, Deputado Chico Vigilante. Nós tivemos oportunidade de fazer vários debates, e eu quero dar este testemunho, de muita saudade, do exemplo a que se referiu há pouco o Deputado Agaciel Maia, daquela pessoa que se esmerava na tarefa que tinha. Em várias correntes ideológicas diferentes que dirigiram a Casa, a que eu aqui assisti – foram tantos os partidos –, sempre se tinha aquela figura do Itamar que colocava francamente seus posicionamentos.

Eu estou aqui observando o Dr. Arlécio Gazal, que é da mesma época. O Dr. Arlécio Gazal e eu podemos dar, certamente, este testemunho altivo. Nós temos como homenageá-lo expressando, na nossa labuta diária, Deputado Juarezão, aquilo que nós mais identificávamos como positivo no nosso saudoso Itamar, que era a honestidade de princípios. A par da honestidade financeira, hoje tão debatida, há uma outra modalidade de honestidade fundamental, que é a honestidade intelectual: dizer o que pensa, se colocar com humildade, ter coragem de aprender com as diferenças.

Então, a nossa grande homenagem, Presidente Joe Valle – parabéns a V.Exa. – é, no dia a dia, praticarmos aquilo que admirávamos nele. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Leite.

Neste momento, nós também temos um projeto de resolução acordado no Colégio de Líderes, mais uma homenagem ao nosso querido Itamar: nós vamos nominar a nossa Sala de Comissões nº 2 com o seu nome.

Então nós temos, como combinado no Colégio de Líderes, dois projetos, um projeto de resolução e o projeto de lei que nós recebemos. Nós vamos passar a isso, mas antes gostaria de, para encerrar os nossos Comunicados de Parlamentares, passar a palavra para o Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, eu gostaria de destacar o fato de que nós ficamos muito felizes quando assistimos na televisão que a insegurança diminuiu bastante aqui no Distrito Federal. Acho que todos aqui devem ter acompanhado numa propaganda preparada pelo governo que nós não temos mais problemas de violência, que está tudo ótimo. Aí eu fui evidentemente checar, até porque eu realmente fico com um pé atrás quando a informação vem do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 08 2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

Governo Rodrigo Rollemberg, pelos antecedentes que todos aqui já conhecem. Aí, fui levantar os dados do penúltimo final de semana, mas eu vou me limitar aqui a comentar os dados desse último final de semana. Esse dado é oficial porque foi extraído dos registros da Polícia Civil do Distrito Federal, Deputado Bispo Renato Andrade.

Vejam bem, houve aqui no Distrito Federal, apenas no último final de semana, Deputado Ricardo Vale, sete homicídios consumados, o que significa dizer que mais de três pessoas morreram assassinadas por dia. Tentativas de homicídios houve dez. Quer dizer, somadas aos sete consumados, nós teríamos, então, num único final de semana, dezessete atos tendentes a eliminar as pessoas. Estupros, incluindo de vulneráveis, houve quatro – e vejam que eu estou apenas me referindo àqueles que foram registrados, porque nós sabemos que, pela sua própria natureza, pela sua característica, o estupro nem sempre é registrado; a família nem sempre o registra. Roubo com restrição, que é sequestro relâmpago, houve três consumados e uma tentativa. Roubo em coletivo houve 21, e roubo de veículo, 39.

Eu estou trazendo dados para que nós possamos aqui avaliar, inclusive, qual é a conduta ilícita praticada pelo Governo do Distrito Federal quando utiliza recursos públicos para mentir para a população, para transmitir uma sensação que não é a mesma que se capta no meio da rua. Ou será que o que está se levando em consideração é na Residência Oficial de Águas Claras? Lá certamente não deve ter acontecido nenhuma tentativa de homicídio, nenhum homicídio, nem estupro, nem roubo de carro. Mas no meio da rua, aqui no Distrito Federal...

Vejam bem, pessoal, nós estamos falando de um único final de semana. Sete pessoas perderam a vida porque nós não temos política de segurança pública no Distrito Federal. E não temos, Deputado Juarezão, não é por falta de recurso. Tanto assim que o recurso está sendo usado para mentir para a população, para ir dizer na televisão que está tudo às mil maravilhas. Em que país esse rapaz vive? Não sei. Eu acho que chegamos a um ponto em que se torna intolerável, insustentável essa situação. Já que ele não tem a grandeza de pedir para sair porque está no local errado, que tenha, pelo menos, a grandeza de reconhecer que está mentindo para a população.

Vou finalizar aqui lembrando os números, que são números oficiais da Polícia Civil do Distrito Federal. No último final de semana, nós tivemos no Distrito Federal sete homicídios consumados. Sete, o que dá mais de três pessoas por dia. Homicídios tentados: dez. Ou seja, o sujeito só não matou porque não teve jeito. E o caboclo lá não é "morredor", porque foi tentado. Estupros registrados – como eu disse, nem todo mundo vai registrar –, temos quatro. Roubo com restrição, que é o sequestro relâmpago, nós tivemos três, e uma tentativa. Roubo em coletivo, vejam bem, é sistema de transporte público. Há mais de dois anos nós apontamos aqui, esta Casa contribuiu com o governo dizendo os problemas que nós tínhamos no transporte público. Nós tivemos 21 roubos em coletivos e 39 roubos de veículos, o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

que significa dizer que nós temos mais de dez veículos roubados por dia no Distrito Federal.

Ainda assim, o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg vai à televisão mentir para a população, dizendo que na área de segurança as coisas estão melhores. Estão melhores para ele, mas não estão melhores para a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de primeiramente dar boas-vindas a todos os colegas aqui, Deputados, pessoal da imprensa, trabalhadores. Também quero me solidarizar com a família do Itamar, com seus amigos e com o Deputado Juarezão, com quem ele trabalhava diretamente. Uma pessoa que eu também conheci aqui na Câmara Legislativa e fiquei muito impressionado, apesar do pouco convívio, com a sua postura, com o seu comprometimento e com a defesa que ele fazia desta Casa, com o conhecimento que ele tinha das leis. É uma grande perda para o Distrito Federal, para a Câmara Legislativa, para os seus familiares e para todos nós.

Por isso eu dou boas-vindas, Deputado Bispo Renato Andrade. A vida é assim, nós saímos de recesso e, ao voltarmos, temos um companheiro que se foi. A vida é assim, a cada momento nós estamos sendo surpreendidos. Então, fica aqui a minha solidariedade à família. Quanto a nós, cabe entender que estamos aqui de passagem e temos de aproveitar bem as nossas vidas e fazer o bem, como o Itamar sempre fez. Deputado Juarezão, V.Exa. esteve em Anápolis e viu a homenagem que ele teve. A gente tem mais é que procurar ser bom, procurar ser amigo em toda a vida que tivermos aqui na terra, porque a qualquer momento será um de nós que estará indo.

O que também me traz aqui hoje, Deputado Joe Valle, nosso Presidente, V.Exa. já deve saber da quantidade de pessoas do segmento cultural do Distrito Federal, artistas, músicos, enfim, que estão fazendo um ato hoje aqui na Casa, em função da situação pela qual passa a cultura do Distrito Federal. O Deputado Cláudio Abrantes também é militante, uma pessoa que atua muito nessa área, é um cara desse segmento. Ele sabe como a cultura do Distrito Federal está agonizando. Nesta Casa nós precisamos evidentemente ajudá-los, além de sermos solidários. Precisamos ajudar esse setor cultural do Distrito Federal, para que saia dessa situação em que se encontra.

Existe uma onda conservadora, uma onda preconceituosa que diz que investir na cultura é gasto, é desperdício de recursos. Essa coisa vem crescendo não

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

só no Brasil, mas no Distrito Federal também. E eu, como Parlamentar, ao chegar nesta Casa, já percebendo isso em função de uma série de questões, inclusive de erros que se cometeram em outros governos, creio que não podemos aceitar isso. A cultura é um instrumento poderosíssimo de inclusão social, de socialização. Não dá para tratar a cultura como ela vem sendo tratada, seja a Câmara, seja o próprio governo, seja a sociedade. Cultura é um instrumento poderoso, como eu falei, de inclusão social. Investir em cultura é diminuir a quantidade de jovens nos presídios, é diminuir a violência e a intolerância que estão na nossa cidade.

Eu percebi muitos Deputados com receio de colocar recursos, emendas para a área cultural. A gente tem mais é que colocar, tem mais é que incentivar, e o governo tem obrigação também de fazer isso. Preocupa-me muito o Governo do Distrito Federal retirar os recursos do FAC – Fundo de Apoio à Cultura, prejudicando mais ainda esse segmento. Já há uma onda conservadora, já há uma discriminação na área da cultura, e vem o governo e retira do FAC. Nós – alguns Deputados, acho que a maioria, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu e outros Deputados aqui – colocamos uma emenda na Lei Orgânica do Distrito Federal justamente para impedir que o governo retire os recursos do FAC, mas mesmo assim não resolve.

Nós também temos, Deputado Joe Valle, outra coisa que tem atrapalhado muito a cultura do Distrito Federal. É essa lei do silêncio. Já está ficando chato eu vir aqui falar sobre isso. Há dois anos venho fazendo esse debate aqui nesta Casa, inúmeras audiências, debates em vários segmentos, no Ministério Público, enfim, em tudo quanto é lugar. Todo mundo já sabe que precisa alterar essa lei, a Câmara já sabe que precisa alterar essa lei, e a gente se recusa a fazer esse debate.

Isso está trazendo um prejuízo enorme, seja do ponto de vista econômico, cultural. A quantidade de garçons desempregados, de cozinheiras, de músicos que não têm onde tocar, por causa de uma ação extremamente dura do estado. São mais de 2 mil estabelecimentos fechados.

A gente precisa resolver essas coisas, já está na hora, Deputado Joe Valle. V.Exa., como Presidente, é sensível também a essa área cultural. Eu queria discutir esse tema e queria que a gente pudesse, já que está difícil a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo fazer esse debate no âmbito da comissão, trazer logo esse debate da lei do silêncio para o plenário e resolver isso aqui. Debater e resolver. A Câmara precisa dar uma resposta para esse setor, para o setor cultural, para o setor econômico desta cidade, para os garçons, enfim, para os trabalhadores e para as pessoas que gostam de cultura.

Eu queria fazer este apelo: que a gente, neste semestre, trabalhasse essas questões da cultura, inclusive em solidariedade aos artistas, aos músicos, ao pessoal do segmento que está hoje na Casa, e chegássemos ao final do ano com esses temas amenizados ou resolvidos. Não tem como a cultura ficar do jeito que está.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				14	

Por fim, quero falar, Sr. Presidente, do episódio que aconteceu em Sobradinho, na 13ª Delegacia, onde morreu um trabalhador, o Sr. Luiz Cláudio, um motorista da Caixa Econômica. Depois de um incidente, ele estava alcoolizado, ele foi levado para a delegacia e, ao que tudo indica, se enforcou. É uma família tradicional daquela cidade, era um pai de família exemplar, uma pessoa que não tinha, segundo a família, vocação para cometer suicídio. Era um cara extremamente feliz, tranquilo, nunca teve problema nenhum com nada, com ninguém, e muito respeitado na cidade, querido.

A família, além de não aceitar essa tese do suicídio, procurou o Ministério Público, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, a OAB e também a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Eu acho que é dever da nossa Casa, da comissão de direitos humanos, sem fazer juízo de valor, sem condenar ninguém, sem já prejudicar, sem falar que há culpados, atender o pedido dessa família e também investigar. Eu acho que é papel nosso, é atribuição nossa enquanto Parlamentares.

A comissão de direitos humanos existe justamente para isso, para saber como foi feito isso, como aconteceu esse incidente dentro da delegacia. A família me mostrou um monte de fotos. Inclusive, eles vieram aqui e fizeram uma denúncia. Entregaram-me fotos do IML em que o corpo do Sr. Luiz Cláudio estava cheio de hematomas.

Então, eu queria pedir aos Deputados, todos aqui desta Casa, e a V.Exa., Sr. Presidente, para que a gente aja com muita tranquilidade, com muito cuidado, porque do outro lado há trabalhadores, há policiais militares, há policiais civis que agiram nesse caso. E, como eu falei, não queremos condenar ou julgar ninguém. Nós não podemos deixar de investigar, de apurar essa situação, porque a família pede isso para a Casa, e acho que é dever nosso fazer um processo muito tranquilo, como já falei, sem julgar ninguém, mas investigando com muita tranquilidade e com muita seriedade.

Não é uma coisa normal uma pessoa ser presa e morrer dentro de uma cela enforcada. O suicídio não é uma coisa normal e não é uma coisa para a gente aceitar de forma tranquila.

Então, eu gostaria de pedir a esta Casa, aos Deputados, inclusive ao Deputado Wellington Luiz e ao Deputado Cláudio Abrantes, que são policiais, que nos ajudassem, ajudassem a família, ajudassem o clamor da população de Sobradinho que conhecia o Luiz Cláudio. Eu não o conhecia, mas conheço muitas pessoas da família. Então, que façamos uma apuração tranquila, isenta, para ajudarmos a desvendar o que aconteceu naquele dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Ricardo Vale pelo seu pronunciamento muito cauteloso. Deputado, pode ter certeza absoluta – e eu sempre defendi isso – de que a investigação é um dos instrumentos mais transparentes que existem para a gente chegar à conclusão de um processo. E nós defendemos isso. Não só nós, Parlamentares que somos ligados à segurança pública, mas nós, enquanto cidadãos e policiais. Essa é a forma que nós temos de dar uma resposta à família com a qual nós nos solidarizamos com a dor, mas também para a sociedade como um todo.

Pode ter certeza, Deputado, que se o Sr. Luiz Cláudio não tinha motivos para se suicidar, muito menos os policiais tinham motivação para matá-lo. Policiais sérios, policiais abnegados, policiais que dedicam a sua vida sem qualquer punição. Qual razão teriam para matar uma pessoa de bem?

Lamentavelmente, Deputado, e eu tenho que dizer isso aqui: as comissões de direitos humanos têm, de uma certa forma, responsabilidade nisso. Sabe por quê? Porque tiraram as algemas do preso, porque imaginam que algema é para constranger. Deputado Chico Leite, eu sempre disse isso: algema é para conter a agressividade do preso contra ele mesmo. Se aquele cidadão, naquele dia, estivesse algemado, hoje ele não estaria morto. As pessoas imaginam, de forma equivocada, que quando o policial algema alguém, está querendo constrangê-lo. Pelo contrário, Deputado Bispo Renato Andrade, é uma forma de evitar dano contra terceiros e contra ele mesmo, contra a integridade física dele. Mas deram uma conotação equivocada disso, e aí o resultado é esse. Foi isso que as comissões de direitos humanos deram à sociedade. Foram contribuições de forma irresponsável como essa.

O Deputado Ricardo Vale tem toda razão. E faço questão que fique claro que seja convite e não convocação. Eles virão de qualquer forma porque os policiais não têm que esconder. E volto a dizer que são pessoas de bem e, da mesma forma que o cidadão não tinha razão para se matar, eles não tinham razão nenhuma para matar aquele cidadão de bem.

Volto a dizer, vamos apurar de uma forma séria, responsável, não usando politicamente isso, até porque existem os órgãos fiscalizadores. E não existe órgão mais rigoroso do que a Corregedoria da Polícia. Eu, enquanto Presidente do Sindicato da Polícia durante 12 anos, Presidente Deputado Joe Valle, sofri porque o nosso corpo jurídico tinha doze escritórios, dos melhores de Brasília e do País, para conseguir absorver tanto rigor da nossa corregedoria. E podem ter certeza de que, se qualquer colega lá tivesse a insanidade de cometer um homicídio, os outros seriam os primeiros a entregar. Ninguém seguraria um homicídio, ninguém é louco! E

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 08 2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

o Instituto de Criminalística, Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. conhece muito bem, nós dois trabalhamos lá e conhecemos a isenção do Instituto Médico Legal. Ou alguém acha que os peritos, sejam legistas, sejam peritos criminais, iriam passar a mão na cabeça?

Agora, as lesões, Deputado Ricardo Vale, são lamentavelmente provocadas pela própria pessoa em um momento de loucura, de insanidade. Não estou dizendo que é o caso porque nenhum de nós sabe o que aconteceu lá naquele momento.

Nós lamentamos novamente pela dor da família, pela perda dessa pessoa, que Deus a tenha, mas temos que ter muita cautela para lidar com uma situação e querer criar um bode expiatório que seja a polícia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa e galeria aqui presentes, hoje na tribuna vou replicar alguns dos pronunciamentos dos meus pares. São temas que eu tinha preparado e isso mostra que são temas importantes para a sociedade, tanto que são tratados por vários Deputados.

Quero me reportar primeiramente ao pronunciamento do Deputado Ricardo Vale sobre a cultura. Assim como tantos Deputados aqui ligados à cultura, S.Exa. tem esse respeito à cultura do Distrito Federal, e entende ser um segmento extremamente importante para o Distrito Federal, não só do ponto de vista antropológico, de reconhecimento, de pertencimento, mas também para a economia do próprio Distrito Federal. Um desafio que nós temos no Distrito Federal e no mundo é saber efetivamente qual é o PIB da cultura, como a cultura contribui efetivamente no campo financeiro para o Distrito Federal, nobres Deputados Wasny de Roure, Deputado Chico Leite e todos outros aqui.

Primeiramente, a Câmara precisa dar uma resposta a esse segmento, em especial na aprovação da Lei Orgânica da Cultura, que é um instrumento importantíssimo, um marco para o Distrito Federal e para o Brasil. Uma lei que vem sendo debatida aqui há muito tempo, que conta com a contribuição de todos os Parlamentares, de todos os segmentos, de todas as linguagens. Hoje tem um ato público dos artistas no lado externo da Câmara Legislativa que clama efetivamente a aprovação dessa lei. Que sejam dirimidas todas as dúvidas, que sejam acertados todos os detalhes, mas que a Câmara dê essa resposta. O próprio governo está imbuído disso. Temos aqui o Deputado Agaciel Maia, novo Líder do Governo, e o ex-Líder do Governo, Deputado Delmasso, que também contribuiu. Mas a gente precisa fazer com que essa lei seja aprovada, Deputado Joe Valle, porque a cultura realmente passa por um momento difícil, passa por um momento muitas vezes de criminalização, em que apoiar a cultura é errado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Eu não concordo com isso, inclusive temos visto que o cerne da corrupção do País não está na cultura, está em outras áreas do Poder Executivo. Cabe a nós, é nossa função, fiscalizar as nossas emendas, fiscalizar os nossos investimentos. Cabe aos órgãos de controle também essa fiscalização, e nós temos que dar essa resposta. Por isso, peço permissão, Deputado Joe Valle, para convidar todos os Deputados para participar amanhã, às 11h, na sala da Presidência, de uma reunião marcada pelo Deputado Joe Valle com todo o segmento cultural, Deputado Agaciel Maia, para discutirmos essa questão da LOC. Acertar os detalhes, a tramitação, para que possamos avançar efetivamente nesse campo, que volto a dizer é muito importante.

Queria dar só um exemplo para os senhores. Nos últimos dez dias, foi realizado aqui na cidade o Brasília Capital Moto Week, que é um festival de motociclismo. É o terceiro evento do planeta, o terceiro maior evento do planeta, o maior da América Latina. Para não ficar só nesses dados, Deputado Wasny de Roure, eu pedi à organização do evento que me trouxesse dados financeiros, que teve, sim, a participação do governo, pequena perto do custo do evento. Mas, só para se ter uma ideia, foram quase setecentas mil pessoas nos dez dias de eventos, 100 mil de fora. Então, estamos falando de 100 mil turistas no Distrito Federal nesses dez dias, algo comparado a evento de grande porte, como a Copa do Mundo, em que foram gastos, por exemplo, quase dois bilhões de reais no estádio. Estamos falando de 100 mil pessoas, 300 mil motos, 1.700 motoclubes. E, aí, vamos para a parte efetiva de empregos: 7 mil empregos diretos e indiretos e uma estimativa de 55 milhões de reais, Deputado Agaciel Maia, na economia do Distrito Federal.

Então, são dados concretos que são fáceis de aferir, porque estamos falando de um evento. Agora, imaginem se conseguíssemos trabalhar a questão do PIB da Cultura de uma maneira efetiva, quanto a Cultura gera de imposto para o Distrito Federal nos eventos culturais, nas peças de teatros, nos *shows*, quantos empregos são gerados, Deputado Bispo Renato Andrade, na segurança, na portaria, no trabalho de fotógrafo. Enfim, é um desafio que nós temos e a Lei Orgânica pode ajudar. Por isso, queremos fazer esse convite para que todos os Deputados estejam amanhã nesta reunião.

Sr. Presidente, somente para repercutir outra fala, quero, parabenizando o Deputado Ricardo Vale, replicar a fala do Deputado Raimundo Ribeiro, porque era outro tema que eu ia trazer rapidamente aqui, à tribuna, que é a questão da insegurança no Distrito Federal.

Vou ser breve porque sei que já estourei o prazo, Sr. Presidente, e o Deputado Raimundo Ribeiro já trouxe com muita propriedade os dados equivocados e mentirosos que foram passados pelo governo.

A segurança pública do Distrito Federal clama por ajuda. Nós temos forças de segurança totalmente defasadas em termos de efetivo. Aí, para não dizer, Deputado Wellington Luiz, que estou falando só da nossa Polícia Civil, eu estive na

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Polícia Militar, que deveria ter um efetivo de 18 mil homens, e hoje tem 11 mil. A Polícia Militar, nos próximos meses, vai perder 1.500 policiais. A Polícia Militar, que faz o trabalho ostensivo, o primeiro que dá o combate, cada dia perde mais policiais.

E aí a gente se depara com notícias fantasiosas de que o Distrito Federal vive uma onda de segurança, coisa que não acontece há vários anos. Isso não existe. O Deputado Raimundo Ribeiro trouxe com muita propriedade os dados apurados a partir das ocorrências policiais. Não estamos falando disso de brincadeira. Isto é grave: passar para a população uma sensação de segurança quando nós temos os crimes acontecendo diariamente em qualquer lugar do Distrito Federal, seja nas áreas mais ricas, como o Lago Sul, Lago Norte, Plano Piloto, seja nas áreas mais humildes, como a minha Planaltina, como a Ceilândia, como o Pôr do Sol, Deputada Luzia de Paula, e assim por diante. Fora, Deputada Telma Rufino, os ônibus, os coletivos. Além de termos uma mobilidade terrível, horrível e cara, ainda nos deparamos hoje, Deputado Joe Valle, com quase vinte assaltos diários em coletivos do Distrito Federal. Portanto, é uma brincadeira de mau gosto falar que o Distrito Federal vive uma onda de segurança.

Para completar, eu quero aqui, naturalmente, corroborar todo o discurso do Deputado Wellington Luiz no tocante à 13ª DP e ao fato ocorrido lá. O nosso respeito à família, o nosso respeito ao trabalho do Deputado Ricardo Vale, mas temos plena confiança nessa instituição séria, nesses profissionais que hoje são massacrados pelo governo, que são os policiais civis.

Então, não adianta trazer, contra a Polícia Civil, fatos que não existem. Temos confiança nos policiais. Temos que apurar, é verdade, concordamos com o convite desses policiais, inclusive eu quero acompanhar, mas não podemos deixar de aqui dizer e salientar a nossa confiança em todos os profissionais dessa instituição que é um orgulho para o Distrito Federal. Um dos menores índices de corrupção do País, se não for o menor, dentro das forças policiais, é o da Polícia Civil do Distrito Federal.

A gente quer aqui prestar essa solidariedade à família e o apoio aos integrantes da 13ª DP de Sobradinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, minha questão de ordem é com relação à fala do Deputado Ricardo Vale ao se manifestar sobre esse episódio triste que aconteceu nas dependências de uma delegacia policial, ou seja, nas dependências do Estado, e que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

resultou na morte de um cidadão, cidadão que tinha sido detido parece que em função de excesso de bebida ou qualquer coisa assim, a que está sujeito qualquer pessoa. Mas eu não tenho dúvida nenhuma – ouviu, Deputado Ricardo Vale? – de que a polícia fará a investigação isenta e necessária para que a gente possa saber a verdade dos fatos.

Quero aproveitar aqui, se V.Exa. me permitir – nós somos membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, tanto eu quanto V.Exa., quanto o Deputado Wellington Luiz –, acho que esta Casa poderá prestar um serviço se for designado alguém da Comissão para acompanhar essas investigações. Eu acho que a sociedade merece uma resposta sobre o que aconteceu e esta Casa tem todas as condições de fazer esse acompanhamento.

A segunda questão que eu queria colocar, Sr. Presidente, com relação também à fala do Deputado Ricardo Vale, é sobre as verbas para a cultura. E aí peço ao Deputado Ricardo Vale que avalie e não nos coloque na mesma situação em que o Executivo se encontra, Deputado Ricardo Vale. O Executivo não tem feito absolutamente nada a não ser destruir a cultura no Distrito Federal. Esta Casa pelo menos permite que se discuta.

E, quanto ao receio das emendas, Deputado, isso acontece porque uma emenda que foi assinada ao apagar das luzes de 2015 gerou um comportamento draconiano liderado por Rodrigo Sobral Rollemberg em cumplicidade com amigos de infância dele. Daí o receio que alguns Parlamentares têm de assinar emendas, porque a emenda em si não tem nenhum problema, a questão é a transformação, pois nós não estamos lidando com qualquer pessoa não. Nós estamos lidando com uma pessoa que está investida no poder de governador para tentar aniquilar Parlamentares que ousam se posicionar contrariamente a ele.

Por derradeiro, Sr. Presidente, quero aqui parabenizar a minha instituição, a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Distrito Federal, que teve a coragem, porque hoje a gente precisa ter coragem para as coisas, de fazer um desagravo que foi perpetrado por um órgão absurdo – eu não sei mais como qualificar essa tal de Agefis –, em que se chamou e se ofendeu o profissional do direito, o operador do direito, o advogado! Já não bastam as arbitrariedades que são praticadas pela Agefis em nome do Estado. Já não basta a impunidade de quem as pratica. Agora, quer assacar contra uma classe cuja principal característica é a coragem do enfrentamento. E nós vamos enfrentar, sim, como estamos enfrentando ilegalidades praticadas por instituições muito mais poderosas usurpadoras de poder! Vamos enfrentar!

Então, quero aqui parabenizar a Ordem dos Advogados do Brasil na pessoa do Dr. Juliano Costa Couto, que é o nosso presidente, e o Conselheiro Federal Ibaneis Rocha, meu conterrâneo piauiense, pela coragem de promover esse desagravo contra mais essa besteira, contra mais esse desmando praticado pelo Governo deste rapaz chamado Rodrigo Sobral Rollemberg.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 08 2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Hoje venho a esta tribuna desejar a todos um excelente retorno e me colocar à disposição para que juntos possamos contribuir na resolução de problemas e reivindicações da nossa cidade.

Durante o recesso parlamentar, Deputado Rafael Prudente, visitei algumas regiões administrativas e participei de várias reuniões com muitos segmentos da sociedade a fim de buscar mecanismos junto aos órgãos responsáveis para a resolução dessas demandas.

Nesse período pude presenciar algumas conquistas na região de Samambaia, como a inauguração do primeiro Batalhão de Motopatrulhamento Tático, que foi apresentado formalmente na sede do 11º Batalhão da Polícia Militar, em Samambaia Norte. A equipe passa a integrar o Comando de Missões Especiais da Polícia Militar e atuará em parceria com as outras unidades operacionais da corporação.

Quero ressaltar que essa conquista, Sr. Presidente, é fruto das reivindicações discutidas na audiência pública de maio de 2017, realizada por mim e pelo nobre Deputado Rafael Prudente. Ali ouvimos as necessidades, percebemos que realmente Samambaia precisava de uma atuação mais ostensiva da Polícia Militar. E, naquela ocasião, solicitamos o comparecimento do Comandante da Polícia Militar, Coronel Nunes – e aqui quero agradecer imensamente a sua boa vontade –, e aquilo que ele prometeu naquele dia para nós ele cumpriu. Na última semana, juntamente com o Governador Rodrigo Rollemberg – e aqui eu quero agradecer –, foi colocado então à disposição de toda a sociedade ali de Samambaia; não só Samambaia, mas serão beneficiados também, Deputado Rafael Prudente, o Recanto da Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, trazendo mais segurança para a cidade.

Portanto, estou muito satisfeito em ter contribuído com esse momento importante para a nossa cidade, pois serão 52 policiais militares equipados com motos, que vão dar agilidade e rapidez ao atendimento da população. Certamente, a nova tropa vai melhorar a segurança e a sensação de segurança da cidade.

Outra grande conquista para a região foi a reinauguração do Estádio Joaquim Domingos Roriz, o famoso Rorizão, Deputado Ricardo Vale. Foi uma reivindicação, há anos estava fechado para jogos. Estivemos lá, e o mato estava com um metro e meio, mas, graças a uma atuação do Deputado Rafael Prudente e minha... Estivemos na Novacap, quero agradecer à Secretária Leila Barros, que entendeu a necessidade. E, no último final de semana, reabrimos o Estádio Rorizão, houve lá a partida de futebol entre Samambaia e Botafogo, e o Samambaia conseguiu ir para final.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Então, estou feliz que foram duas realizações que aconteceram, fora a do Riacho Fundo II, onde teremos o início da feira central naquela cidade.

Também quero dizer, Sr. Presidente, e aqui finalizo, que nesse recesso parlamentar também estive com alguns segmentos da sociedade, entre eles o da saúde. Estiveram no meu gabinete a Dra. Maria Teresa Rosa, chefe da Unidade de Genética do Hospital de Apoio de Brasília, que está aqui hoje presente, fez questão de estar aqui conosco; e também o Rodrigo de Araújo da Silva, Presidente da Associação Maria Vitória, de doenças raras e crônicas, que também se faz presente aqui no nosso plenário, para solicitar apoio, Deputado Juarezão, na construção de um centro de referência em doenças raras no Distrito Federal.

Segundo a OMS, o Brasil tem aproximadamente 13 milhões de pessoas com algum tipo de doença rara. Em 2015, a Unidade de Genética da Secretaria de Estado de Saúde realizou mais de 1.500 atendimentos só de primeira consulta. O DF é a única unidade federativa que possui o teste de pezinho ampliado ao SUS, que pode diagnosticar mais de 30 doenças genéticas. Atualmente, são realizados mais de 4 mil testes do pezinho por mês pela Unidade de Genética da Secretaria de Estado de Saúde.

Portanto, Sr. Presidente, solicito à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que olhe com muito carinho e empenho para a construção do centro de referência em doenças raras, que vai poder ampliar e agilizar o excelente atendimento a esses pacientes.

Quero dizer que amanhã eu estarei com o Secretário de Saúde; ele já marcou uma reunião. Quero me colocar à disposição, ali colocando emendas, para que no ano que vem possamos ter a construção desse centro de referência. Faço também um apelo aos nobres Deputados, quem puder ajudar... certamente, poderemos ajudar muito o Distrito Federal. Era isso, Sr. Presidente. Agradeço. Mais uma vez parabéns o trabalho do Rodrigo de Araújo da Silva e também da Dra. Maria Teresa que se faz presente hoje no auditório. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Consulto os Líderes se há acordo para inclusão, extrapauta, do Projeto de Lei nº 1.671, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que cria regime especial de apuração do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal, de comunicação – ICMS. (Pausa.)

Há acordo. Incluo na Ordem do Dia, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº 1.671, de 2017, bem como o Projeto de Resolução nº 48, de autoria de vários Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, na nossa reunião, o Deputado Delmasso foi muito feliz quando disse que a salvação da economia do Distrito Federal – e salvando-se a economia, estamos falando de geração de emprego e renda – é estimular e dar condições ao setor produtivo de ser competitivo. Essa inclusão que V.Exa. acaba de citar, para que possamos votar esse projeto de lei, visa exatamente estancar essa migração das empresas do Distrito Federal – que já chega a seiscentas – para o Estado de Goiás. Nós temos o mercado consumidor, mas as empresas estão indo para os estados vizinhos produzir, gerar emprego, renda e impostos no estado vizinho, mas vendendo aqui no Distrito Federal. Portanto, é muito importante a votação desse projeto hoje exatamente para dar condições ao setor produtivo de Brasília de continuar mantendo suas empresas no Distrito Federal, gerando emprego e renda.

Há outro aspecto que eu gostaria de chamar a atenção de alguns Parlamentares. A situação econômica do Distrito Federal é muito crítica. Nós sabemos que, quando se faz um esforço para pagar o salário dos servidores, se atrasa o dos terceirizados. Quando se pagam os terceirizados, fica em dificuldade ou se esperam 2 ou 3 dias pela receita para que se façam os demais pagamentos. Ora, nenhum Governador – ouvindo as críticas de alguns colegas aqui – quer tomar medidas impopulares ou medidas que exijam sacrifício pessoal simplesmente pelo prazer de fazê-las. Deputado Chico Leite, nós assistimos hoje, no Bom Dia Brasil, servidores aposentados do Rio de Janeiro que se transformaram em mendigos, moram nas ruas, porque há 4, 5, 6 meses não recebem pagamento. Portanto, não têm como pagarem aluguel nem o sustento. Não é isso o que nós queremos para o Distrito Federal.

O Governador Rodrigo Rollemberg, ao adotar uma série de medidas impopulares e, às vezes, com sacrifício pessoal, está tomando ou aplicando alguns remédios amargos para que o Distrito Federal não se transforme em uma unidade da Federação como as que temos assistido por aí. O Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Ricardo Vale falaram sobre a cultura. É importante, Deputado Wellington Luiz, que essa lei da cultura, a chamada LOC – Lei Orgânica da Cultura, seja discutida e aprovada.

Outro assunto que foi abordado, Deputado Wellington Luiz, e criticado é o que V.Exa. resumiu bem. Nós conhecemos o nível de qualificação profissional e de responsabilidade da Polícia Civil. Ninguém tinha uma motivação para assassinar ninguém. Não faz sentido, não tem lógica. Então, eu quero, junto com V.Exa., me solidarizar com o corpo de profissionais que nós conhecemos, que é de extrema competência. Não existe essa motivação. Não é justa essa desconstrução da imagem da Polícia Civil por um acidente que acontece em uma delegacia. Eu quero me solidarizar com V.Exa. em seu discurso e no do Deputado Cláudio Abrantes nesse sentido.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Portanto, Sr. Presidente, é muito importante que a gente dê esse passo adiante do setor produtivo, que é o primeiro botão a ser apertado. É preciso estimular o setor produtivo a gerar renda para que a gente possa tirar a economia do Distrito Federal dessa estagnação em que se encontra.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar muito rapidamente. Eu queria solicitar aos nobres Parlamentares e a V.Exa. que a gente entre logo no processo de votação. Corre o risco de a gente não ter *quorum*. Alguns Parlamentares, eu, V.Exa. temos uma reunião agora na Presidência da República marcada para as 17h, junto com alguns secretários – o Secretário Valdir Oliveira está aqui, o Presidente da Fibra, Dr. Jamal Bittar. Nós precisamos ir à Presidência da República para tratar de uma matéria extremamente importante, que é o veto. Mas, se nós não votarmos imediatamente, corre-se o risco de não aprovarmos hoje e ainda não convenceremos os técnicos da Presidência a não incluir o veto.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje nós tivemos o Colégio de Líderes. E lá, tanto eu como, se eu não me engano, o Deputado Wasny de Roure levantamos uma questão que eu acho que precede à discussão de mérito, até porque quanto ao mérito, na verdade, todo mundo é favorável. Aqui todo mundo quer o bem da cidade, todo mundo quer que se promova a igualdade entre os entes federados, principalmente os da região Centro-Oeste. Não resta dúvida. A questão é que, no ano passado, nós tivemos aqui dois Parlamentares, o Deputado Prof. Israel e o Deputado Agaciel Maia, que foram alvos de ação de improbidade administrativa – no meu entendimento, totalmente equivocada – impetrada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por terem votado projetos com essa natureza. Então, a nossa sugestão naquele momento era que o governo, que está encaminhando o projeto – e nós já estamos votando aqui em menos de 24 horas de estada dentro desta Casa –, pelo menos, buscasse a garantia de que o Ministério Público não vai se equivocar novamente, que não vai entrar com improbidade contra o Plenário desta Casa.

Então, essa foi a sugestão feita e eu não sei exatamente se alguma providência foi tomada. Eu acho que é uma preliminar que precisa ser avaliada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Foi tomada providência, foi esclarecido e o acordo no Colégio de Líderes estabeleceu nós votarmos hoje. Toda as providências estão sendo tomadas, inclusive com uma reunião com o Ministério

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Público na presença do Governador e da Presidência. Isso foi colocado de uma forma clara para o Ministério Público.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, visto que o meu Líder, Deputado Wellington Luiz, na presença do Presidente da Fibra, do nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico, falou do risco de a gente ficar sem *quorum*, eu abro mão da minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Passaremos então à votação.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Já ficou estabelecido, já foram consultados todos os Líderes. A gente passa, então, para o primeiro item extrapauta.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.671, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "cria Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PARECER Nº /2017**

Da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre o Projeto de Lei nº 1671, de 2017, que cria Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -ICMS-, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo**Relator: Deputado****I – RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, através da mensagem 206/2017 — GAG, o Projeto de Lei nº 1671, de 2017, que cria Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação-ICMS-, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

O presente texto normativo, consente em estabelecer Regime especial de Apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS- do Distrito Federal.

Em oportuno viabiliza o desenvolvimento socioeconômico do Ente Federal, observando as margens dos princípios da Legalidade, Isonomia e Razoabilidade, extirpando qualquer lacuna ou interpretação dislexia do seu escopo.

Neste contexto, imperioso que seja confeccionado espécie normativa capaz de erradicar qualquer vício formal, enaltecendo a efetividade do projeto em evidência sem ferir os anseios da legalidade.

Por fim, nos termos do art. 73 da Lei orgânica do Distrito Federal, o senhor Governador solicita regime de urgência na tramitação deste projeto.

É o Relatório.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF (art. 69-B, alíneas "d"), compete à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo analisar e quando necessário, emitir parecer sobre o mérito de política econômica, planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento integrado do Distrito Federal.

Imperioso destacar que o interesse estatal visa estabelecer condutas que atinjam e reflitam os anseios da população. Nesta prestação de serviços, cabe ressaltar a parca possibilidade destes atos serem direcionados por mera discricionariedade.

O Ente Federal conquista a legitimidade de suas ações pelas premissas de atos vinculados, enraizado em seu poder/dever de enaltecer a utilização dos princípios da Administração Pública.

Dentre os princípios explícitos e implícitos da Carta Magna, o da legalidade juntamente com o da eficiência, realça o interesse e preocupação na conquista de veracidade e solidez dos trabalhos realizados pela Administração Pública.

Assim, aduz a presente espécie normativa uma essência que atinge os preceitos insertos nos atos da Administração, consubstanciando em uma metodologia capaz de legitimar ao Distrito Federal em consonância a literalidade do artigo 24 da Carta Magna exercer sua competência concorrente em matéria Tributária.

Oportuno a dicção que não há qualquer benefício fiscal na atualidade ao qual goza o Distrito Federal em virtude de medidas judiciais, sendo o projeto em comento uma iniciativa que busca a paridade de armas e as prerrogativas de incentivos já em exercício em outros entes da Federação.

Assim, refletindo o princípio da isonomia entre os Estados Federados, padece qualquer argumento que inviabilize para que o Distrito Federal também utilize deste mecanismo importante para o setor econômico, maximizando seu poder de competitividade e atração de novos investidores no âmbito Distrital.

Quanto à sua admissibilidade, restam atendidos os artigos 71 e 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico, votamos pela **ADMISSIBILIDADE e APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1671, de 2017, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Comissões,

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO

Relator

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, designo o Deputado Rafael Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.671, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "cria Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências".

Sr. Presidente, é o seguinte o parecer:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PARECER Nº DE 2017**

Da Comissão de Economia Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1671, de 2017, que cria Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo**RELATOR: Deputado****I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, através da mensagem 206/2017 – GAG, o Projeto de Lei nº 1671, de 2017, que cria Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

O presente texto normativo, consente em estabelecer Regime Especial de apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – do Distrito Federal.

Em oportuno viabiliza o desenvolvimento socioeconômico do Entre Federal, observando as margens do princípio da Legalidade, Isonomia, e Razoabilidade, extirpando qualquer lacuna ou interpretação dislexia do seu escopo.

Neste contexto, imperioso que seja confeccionado espécie normativa capaz de erradicar qualquer vício formal, enaltecendo a efetividade do projeto em evidência sem ferir os anseios da lei.

Por fim, nos termos do art. 73 da Lei orgânica do Distrito Federal, o senhor Governador solicita regime de urgência na tramitação deste projeto.

É o Relatório.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 64, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre proposições que adentrem área tributária, creditícia, orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive contribuição dos servidores públicos para sistemas de previdência e assistência social.

Imperioso destacar que o interesse estatal visa estabelecer condutas que atinjam e reflitam os anseios da população. Nesta prestação de serviços, cabe ressaltar a parca possibilidade destes atos serem direcionados por mera discricionariedade.

O Ente Federal conquista a legitimidade de suas ações pelas premissas de atos vinculados, enraizado em seu poder/dever de exaltar a utilização dos princípios da Administração Pública.

Assim, aduz a presente espécie normativa uma essência que atinge os preceitos insertos nos atos da Administração, consubstanciando-se em uma metodologia capaz de legitimar ao Distrito Federal em consonância a literalidade do artigo 24 da Carta Magna exercer sua competência concorrente em matéria Tributária.

Oportuno a dicção que não há qualquer benefício fiscal na atualidade ao qual goza o Distrito Federal em virtude de medidas judiciais, sendo o projeto em comento uma iniciativa que busca a paridade de armas e as prerrogativas de incentivos já em exercício em outros entes da Federação.

Assim, refletindo o princípio da isonomia entre os Estados federados, padece qualquer argumento que inviabilize para que o Distrito Federal também utilize deste mecanismo importante para o setor econômico, maximizando seu poder de competitividade e atração de novos investidores no âmbito Distrital.

Quanto à sua admissibilidade, restam atendidos os artigos 71 e 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico, votamos pela **ADMISSIBILIDADE E APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 1671, de 2017, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Comissões

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO

Relator

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – É importante salientar aqui, Presidente, que assinam este relatório este relator; o nosso Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o Deputado Agaciel Maia; o Deputado Prof. Israel; o Deputado Chico Leite e o Deputado Julio Cesar. É importante dizer também que, em virtude de possíveis remissões fiscais, o governo deve encaminhar a esta Casa alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária corrente. É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.671, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "cria Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências".

Sr. Presidente, é o seguinte o parecer:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PARECER Nº /2017**

**Da Comissão de Constituição e Justiça
sobre o projeto de Lei nº 1671, de 2017,
que cria Regime Especial de Apuração do
Imposto sobre Operações Relativas à
Circulação de Mercadorias e sobre a
Prestação de Serviços de Transporte
Interestadual e Intermunicipal e de
Comunicação – ICMS, e dá outras
providências.**

Autor: Poder Executivo**Relator: Deputado****I – RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão de Constituição e Justiça, através da mensagem 206/2017 — GAG, o Projeto de Lei nº 1671, de 2017, que cria Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

O presente texto normativo, consente em estabelecer Regime especial de Apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS do Distrito Federal.

Em oportuno viabiliza o desenvolvimento socioeconômico do Ente federal, observando as margens dos princípios da legalidade, isonomia e razoabilidade, extirpando qualquer lacuna ou interpretação dislexia do seu escopo.

Neste contexto, imperioso que seja confeccionado espécie normativa capaz de erradicar qualquer vício formal, enaltecendo a efetividade do projeto em evidência sem ferir os anseios da lei.

Por fim, nos termos do art. 73 da Lei orgânica do Distrito Federal, o senhor Governador solicita regime de urgência na tramitação deste projeto.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(art. 63, incisos I e III, alínea "i"), compete à Comissão de Constituição e Justiça analisar e quando necessário, emitir parecer sobre a admissibilidade das proposições em geral, quando à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Ato contínuo, exercerá a presente Comissão apreciação sobre a consolidação dos textos legislativos, matéria também existente ao caso em comento.

Imperioso destacar que o interesse estatal visa estabelecer condutas que atinjam e reflitam os anseios da população. Nesta prestação de serviços, cabe ressaltar a parca possibilidade destes atos serem direcionados por mera discricionariedade.

O Ente Federal conquista a legitimidade de suas ações pelas premissas de atos vinculados, enraizado em seu poder/dever de enaltecer a utilização dos princípios da Administração Pública.

Dentre os princípios explícitos e implícitos da Carta Magna, o da legalidade juntamente com o da eficiência, realça o interesse e preocupação na conquista de veracidade e solidez dos trabalhos realizados pela Administração Pública.

Assim, aduz a presente espécie normativa uma essência que atinge os preceitos insertos nos atos da Administração, consubstanciando-se em uma metodologia capaz de legitimar ao Distrito Federal em consonância a literalidade do artigo 24 da Carta Magna exercer sua competência concorrente em matéria Tributária.

Oportuno a dicção que não há qualquer benefício fiscal na atualidade ao qual goza o Distrito Federal em virtude de medidas judiciais, sendo o projeto em comento uma iniciativa que busca a paridade de armas e as prerrogativas de incentivos já em exercício em outros entes da Federação.

Assim, refletindo o princípio da isonomia entre os estados federados, padece qualquer argumento que inviabilize para que o Distrito Federal também utilize deste mecanismo importante para o setor econômico, maximizando seu poder de competitividade e atração de novos investidores no âmbito Distrital.

Quanto à sua admissibilidade, restam atendidos os artigos 71 e 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico, votamos pela **ADMISSIBILIDADE e APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1671, de 2017, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Comissões,

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO
Relator

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

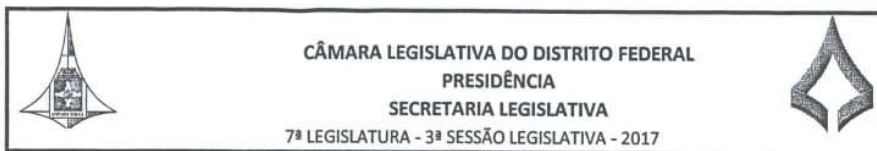
Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Esta Presidência informa que o projeto precisará de 16 votos favoráveis para sua aprovação.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

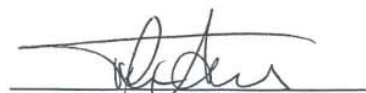
(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI Nº 1.671/2017 DATA: 01/08/2017
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
TURNO: 1ª (X) 2ª () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS	AUS	OBST	DV
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					X
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
19	RODRIGO DELMASSO	PODEMOS	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 08 2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 48, de 2017, de autoria de vários Deputados, em que “denomina-se a Sala de Reuniões das Comissões nº 2 de Sala Itamar Pinheiro Lima”.

Esta Presidência informa que o parecer não recebeu parecer das comissões. A Mesa Diretora e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Pare emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 48, de 2017, de autoria de vários Deputados, em que “denomina-se a Sala de Reuniões das Comissões nº 2 de Sala Itamar Pinheiro Lima”.

Diante das exposições apresentadas, somos favoráveis à aprovação do projeto de resolução.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 48, de 2017, de autoria de vários Deputados, em que “denomina-se a Sala de Reuniões das Comissões nº 02 de Sala Itamar Pinheiro Lima”.

Como todos já têm conhecimento do exposto, foi discutido no Colégio de Líderes, e em se tratando do Itamar, votamos pela admissibilidade do referido projeto.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 48, de 2017, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2017, de autoria de vários Deputados, em que “denomina-se a Sala de Reuniões das Comissões nº 02 de Sala Itamar Pinheiro Lima”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.848, de 2017, de autoria de diversos Deputados, que “requer a realização da sessão itinerante no mês de agosto de 2017, no Itapoã, dentro do Projeto Câmara em Movimento”.

Em discussão. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	08	2017	15h	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.671, de 2017, em segundo turno, e dos demais itens constantes da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h03min.)